

Protocolo de Cooperação

Considerando que:

O Alentejo enfrenta inúmeros desafios em termos decréscimo populacional, envelhecimento e fraca capacidade de retenção de população jovem;

O Alentejo, e mais especificamente o Baixo Alentejo, é uma das regiões mais afetadas pelas alterações climáticas na Europa, que resultam em condições de perda de atratividade e de competitividade;

É necessário dinamizar e promover na região as necessárias políticas e programas que envolvam sociedade (atores coletivos e individuais) na promoção da consolidação de um território economicamente, ambientalmente e socialmente mais equilibrado, assente numa economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar;

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo tem como missão assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades;

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo tem como atribuições, contribuir para a definição da política de desenvolvimento regional no quadro da política de desenvolvimento económico e social do País, dinamizando e participando nos processos de planeamento estratégico de base territorial, bem como fomentar parcerias entre agentes regionais, desenvolver estudos de articulação de políticas setoriais no espaço regional e elaborar programas integrados visando a coesão e a competitividade territoriais;

A Associação para o Desenvolvimento Regional - Observatório do Baixo Alentejo tem por objeto o estudo, a promoção e defesa da região do Baixo Alentejo mediante a intervenção no domínio da Formação e conhecimento e realização de eventos, nomeadamente culturais e científicos, para recolha de informação, divulgação, sensibilização, ações de promoção da região do baixo-alentejo.

É celebrado o presente Protocolo de Cooperação entre:

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, com o nº de identificação fiscal 600075826, sede na Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, 193, 7004-514 Évora, adiante designada por CCDR Alentejo e neste ato representada por o Vice-Presidente Anibal Reis Costa

e

A Associação para o Desenvolvimento Regional - Observatório do Baixo Alentejo (OBA), com o nº de Identificação Fiscal 516124064, sede provisória em Beja, na Rua Cadeia Velha, 10, 1 Dtº. código postal 7800-143, adiante designado por OBA e neste ato representado por o Presidente da Direção Jorge Miguel Oliveira Barão Barnabé.

O presente protocolo de Cooperação rege-se pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objecto do Protocolo)

1. A CCDR Alentejo e o OBA acordam em conceber e desenvolver iniciativas conjuntas orientadas para a promoção do desenvolvimento do território.
2. Na prossecução dos fins estabelecidos em 1, a CCDR Alentejo, quando assim o entender, será parceira nas candidaturas ao PT2020 e outras linhas de financiamento nacional, comunitária ou internacional.

Cláusula Segunda

(Âmbito geográfico)

O âmbito territorial de atuação do protocolo estende-se ao espaço geográfico do Alentejo, tendo por base o território do Baixo Alentejo, onde poderão ser desenvolvidos projectos-piloto a serem disseminados para todo o território.

Cláusula Terceira

(Âmbito de aplicação)

A parceria visa fomentar a cooperação e produção de conhecimento, orientada para a promoção do desenvolvimento do território e melhorar as condições de vida dos seus cidadãos, tendo como áreas prioritárias:

- Agricultura, recursos naturais, ambiente e alterações climáticas;
- Combate ao isolamento social;
- Diminuição de factores de vulnerabilidade e riscos de exclusão social;
- Atracção e fixação de talentos;
- Energia, habitação E transportes;
- Cultura, património E turismo.

Cláusula Quarta

(Ações a desenvolver)

- a) Concepção e desenvolvimento de iniciativas conjuntas no que concerne às temáticas identificadas na cláusula terceira;
- b) Promover um processo contínuo e sistemático de produção de informação e conhecimento, nomeadamente de estudos e diagnósticos nas temáticas anteriormente elencadas;
- c) Criação de mecanismos de partilha e divulgação de informação, incluindo de boas práticas como a organização de eventos: seminários, colóquios, conferências acções de sensibilização e outras acções que permitam divulgar o conhecimento produzido no âmbito das temáticas sinalizadas;
- d) Realização de acções de capacitação dirigidas e adaptadas a diversos públicos-alvo sobre as problemáticas do território;
- e) Promoção do desenvolvimento de conteúdos, instrumentos e metodologias de capacitação de atores e de transferibilidade do *know-how*;
- f) Preparar projectos e propostas que possam beneficiar de financiamento público ou privado de carácter nacional, europeu ou internacional.

Cláusula Quinta

(Formas e mecanismos de cooperação/ Modelo de gestão)

1. A gestão do presente protocolo é assegurada pelas partes outorgantes do presente protocolo, que aceitam criar uma comissão de acompanhamento, formada por um representante de cada instituição.
2. A esta Comissão de acompanhamento incumbe:
 - a. Velar pela execução do Protocolo;
 - b. Produzir os relatórios anuais de atividades.
3. A Comissão de Acompanhamento deverá reunir trimestralmente.

Cláusula Sexta

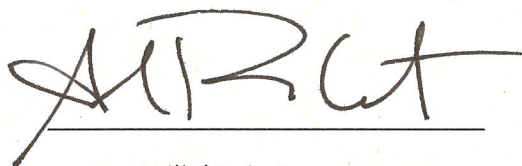
(Vigência)

O presente Protocolo de Cooperação produz efeitos após a assinatura pelos representantes das partes que o outorgam e pelo prazo de 5 anos, automaticamente renovável por períodos de 1 ano, salvo denúncia de alguma das partes.

Cláusula Sétima
(Disposições finais)

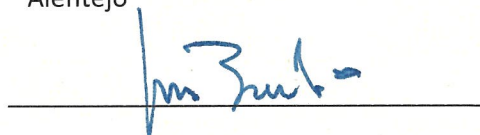
As dúvidas, lacunas, ou outras questões relativas à aplicação do presente Protocolo de Cooperação serão oportunamente analisadas e resolvidas de forma conjunta entre as partes envolvidas.

O Vice-Presidente da CCDR Alentejo



Anibal Reis Costa

Presidente do Observatório do Baixo Alentejo



Jorge Barnabé